

**Exposição
Itinerante:**

Pluralidade



comunidades indígenas no noroeste do rio grande do sul



Carijada em São Miguel das Missões/RS, 2010
Foto: Jefferson Pinheiro/Coletivo Catarse

**Belair Aparecida Stefanello
Dulci Claudete Matte
Sandro Luckmann**

promoção	Projeto Conhecer para Transformar – Meta 4 FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul MADP - Museu Antropológico Diretor Pestana
patrocínio	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
coordenação do projeto conhecer para transformar coordenação meta 4	Sandra Albarello Belair Aparecida Stefanello Stela Mariz Zambiazzi de Oliveira
curadoria	Dulci Claudete Matte Sandro Luckmann Belair Aparecida Stefanello
projeto gráfico pesquisa e diagramação diagramação	Ulisses Stefanello Karnikowski Fabricio de Souza Sandra Denise Felipin Boger
colaboração na pesquisa, digitalização do acervo, montagem da exposição e reprodução das fotos	Amanda Keiko Higashi, Éder Ribeiro Oliveira, Jaqueline Bussler Michael Krüger, Juliana Thomé da Cruz, Liliane Agertt Reis Blume, Maria Lúcia Teixeira, Miriam Bisognin Santi, Sandra Schinwelski Maldaner, COMIN - Conselho de Missão entre Índios (IECLB), Comunidades Indígenas Kaingang e Guarani do Rio Grande do Sul, Coletivo Catarse (Projeto Carijo Herança do Conhecimento Ancestral na Fabricação da Erva-Mate).

Apresentação

Com o objetivo de buscar o reconhecimento efetivo da contribuição dos diversos grupos étnicos no processo de formação social, econômica e cultural do noroeste do Rio Grande do Sul, o Museu Antropológico Diretor Pestana, mantido pela FIDENE, promove três exposições fotográficas itinerantes tendo como temática a pluralidade cultural. As exposições compõem a Meta 4 (quatro) do Projeto Institucional “Conhecer Para Transformar”, e estão inseridas dentro das ações desenvolvidas pelo Museu com o intuito de aprofundar a discussão sobre a diversidade cultural sul-rio-grandense e incentivar a efetiva aplicação da Lei 11.465/2008 que inclui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino.

As Exposições Itinerantes são:

- Exposição Fotográfica Itinerante PLURALIDADE – Comunidades Indígenas no Noroeste do Rio Grande do Sul. Curadores: Dulci Claudete Matte, Sandro Luckmann e Belair Aparecida Stefanello.
- Exposição Fotográfica Itinerante PLURALIDADE – Negros no Noroeste do Rio Grande do Sul. Curadores: Leandro Daronco, Marcelo Ordesto Rodrigues e Belair Aparecida Stefanello.
- Exposição Fotográfica Itinerante PLURALIDADE – Imigração no Noroeste do Rio Grande do Sul. Curadores: Jaeme Luis Callai e Belair Aparecida Stefanello.

As exposições estão disponíveis para empréstimo às escolas e/ou promotores de eventos para que sirvam de subsídio didático-pedagógico aos trabalhos desenvolvidos pelos professores nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive trabalhos de educação patrimonial.

Belair Aparecida Stefanello
Stela Mariz Zambiasi de Oliveira
organizadoras

POVOS INDÍGENAS - PIONEIROS NO RIO GRANDE DO SUL

A população do Rio Grande do Sul apresenta grande diversidade de origens étnicas e culturais. O Rio Grande do Sul contemporâneo é pluricultural, porque aqui também vivem comunidades diferenciadas pelas suas especificidades etno-culturais: os índios.¹

O Rio Grande do Sul
é pluricultural!

Os primeiros povoadores, conforme as pesquisas arqueológicas, aqui viviam há 12.000 anos AP.² Caçadores e coletores ocuparam progressivamente todos os espaços do território do estado e foram classificados em tradições, de acordo com as suas características.

Depois de milênios, novas populações passaram a ocupar o estado, a partir de aproximadamente 2.000 anos AP, trazendo inovações tecnológicas baseadas na agricultura e na cerâmica. Foram duas levas, culturalmente distintas por marcadores linguísticos, culturais e biológicos: os Kaingang, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, originários do Centro-Oeste do Brasil, e os Guarani, do tronco linguístico Tupi, originários da Amazônia, que passaram a predominar sobre as populações que aqui viviam. Na região da campanha e junto ao litoral, onde viviam povos coletores e caçadores, os pesquisadores identificam a partir de 2.500 AP, as populações Minuano e Charrua, falantes da língua Quíchua.

Os Kaingang estabeleceram-se na região norte, no Planalto e Encosta da Serra, a área florestada do alto rio Uruguai, tendo como limites ao oeste o rio Piratini (atual município de São Luiz Gonzaga), ao leste as nascentes do rio Uruguai (rio Pelotas) e ao sul a bacia do Caí. Os Guarani ocuparam as áreas do centro e noroeste do estado, junto aos rios Uruguai, Ibicuí e Jacuí, às margens da lagoa dos Patos e o litoral norte.



Povo Kaingang, Terra Indígena de Irai/RS, 1938. Foto: Acervo MADP Ijuí/RS

¹Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. *Os principais grupos povoadores do Rio Grande do Sul*. Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul. www.igfrs.gov.br

²NOELLI, Francisco Silva. *Ocupação humana da região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872 - 2000*. Revista USP, S.Paulo, n° 44, p 218 - 269, DEZ/FEV, 1999 - 2000.

Rio Grande do Sul
Terra de muitos povos

Passados, novamente, milênios, a partir do século XVI, novas populações chegaram ao Rio Grande do Sul e é quando inicia a colonização europeia, que encontrou o território totalmente ocupado pelos Kaingang, Guarani, Minuano e Charrua. O encontro dos colonizadores europeus, com os povos tradicionais, levou a uma grande redução destas populações, que foram vitimadas de diversas formas: pelo apresamento por bandeirantes para escravização, por doenças novas trazidas pelos colonizadores, em inúmeras guerras ocorridas no Rio Grande do Sul (disputas em torno da Colônia do Sacramento, defesa do território dos Sete Povos, ampliação de fronteiras para o oeste e o sul do Rio Grande do Sul, Revolução Farroupilha), morte nas perseguições e nos conflitos com os colonizadores. A sua utilização como peões nas propriedades rurais, miscigenação com os regionais não-índios e pela migração a países vizinhos, também foram fatores de redução.

Atualmente, vivem no Rio Grande do Sul os Kaingang, os Guarani e os Charrua, ocupando terras reservadas, áreas de acampamento, o meio rural e espaços urbanos. Os Charrua foram reduzidos a algumas dezenas de pessoas e encontram-se num processo de reorganização socioétnica, após um longo período de dispersão. Reassumem a sua identidade étnica, mobilizam-se, reivindicando seus direitos legalmente estabelecidos. Em relação aos Minuano, não há registro que permaneçam como coletividades étnicas.

Kaingang, Guarani e Charrua, habitantes milenares desta terra, em conjunto com populações de diferentes origens étnicas e culturais que aqui chegaram em diferentes momentos históricos, constituem a significativa e rica diversidade da população do Rio Grande do Sul.



Vista da Terra Indígena de Guarita/RS, déc. 60.
Foto: Noberto Schwantes, Arquivo COMIN/CPQI - Arquivo Histórico IECLB

KAINGANG, GUARANI E CHARRUA - NOSSOS CONTEMPORÂNEOS

Os povos indígenas hoje no Rio Grande do Sul são os Kaingang, os Guarani e os Charrua. São descendentes das populações tradicionais que há milênios viviam nestas terras.

Na atualidade vivem de modo diferente do que viviam os seus ancestrais. Em muitos aspectos sua vida é semelhante à vida das demais pessoas, de diferentes origens étnicas e culturais. Em outros aspectos têm costumes, práticas, valores, conceitos e crenças diferentes.

Para os Kaingang e Guarani foram criadas reservas territoriais, que atualmente são chamadas Terras Indígenas. As Terras Indígenas foram demarcadas pelos Governos, na intenção de delimitar as áreas em que os índios deveriam viver, liberando terras que seriam ocupadas pelos colonizadores. Como ocupantes tradicionais, é necessário considerar que todo território do estado é de direito terra de vida e circulação dos índios. Para os Kaingang foram reservadas áreas na região norte do estado, onde havia mato, no planalto e encosta da serra. As terras para os Guarani foram demarcadas junto aos grandes rios ao oeste do estado, na região central, junto a lagoas e no litoral. Os Charrua, que foram reconhecidos oficialmente na sua identidade étnica em 2007, tiveram acesso a uma pequena área de terras, uma reserva municipal, em Porto Alegre. Kaingang, Guarani e Charrua estão mobilizados reivindicando terras, porque as áreas que lhes foram destinadas são insuficientes. Muitos ficam acampados junto das áreas que pretendem reocupar, ou permanecem na periferia de cidades para vender seu artesanato. Outros vão morar nas cidades para estudar ou trabalhar.

Os índios no Rio Grande do Sul, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, somam 32.989 pessoas.³ Os Kaingang ocupam 13 Terras Indígenas homologadas. Os Guarani em menor número, se comparados aos Kaingang, somam aproximadamente 2.000 pessoas, moram em 16 Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. Os Charrua, estão assentados em uma área na zona rural de Lomba do Pinheiro em Porto Alegre, denominada Comunidade Polidoro, constituída por 40 pessoas,⁴ há famílias Charrua que vivem na região missioneira. É importante destacar, conforme consta no Relatório Final da Subcomissão para Tratar sobre a Situação dos Povos Indígenas do RS, da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS, de dezembro 2012, que as comunidades indígenas ocupam 77 áreas territoriais e somam 36.488 pessoas.⁵

³IBGE. Os indígenas no censo demográfico 2010 - primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012.

⁴LIEBGOTT, Roberto Antonio. Os direitos humanos dos povos indígenas - Os povos Guarani, Kaingang e Charrua e a contínua luta pela garantia de seus direitos. Anexo 1 ao Relatório Final da Subcomissão para Tratar sobre a Situação dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

⁵COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório Final da Subcomissão para Tratar sobre a Situação dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

Todos viveram épocas de conflitos com os colonizadores, que chegaram e ocuparam grande parte das suas terras tradicionais, mas atualmente convivem com as comunidades do seu entorno, interagindo com as mesmas. Na sua organização e mobilização para recuperar parcelas dos seus territórios tradicionais, confrontam-se com interesses de proprietários de terras e de empresas. Nestas circunstâncias criam-se situações de conflito que exigem a mediação das leis e de diferentes órgãos da sociedade e dos governos.



Universitários Kaingang, do Curso de Educação Física, UNIJUI, Ijuí, procedentes da T.I. de Guarita/RS, 2010.
Foto: Arquivo FIDENE, MADP Ijuí/RS

Para exemplificar, um aspecto importante na vida dos Kaingang e Guarani na atualidade, a escola faz parte da sua realidade da mesma forma que nas comunidades dos não-índios. São 55 as escolas Kaingang e 35 as escolas Guarani. Mais de 6 mil indígenas frequentam as escolas, que oferecem um ensino bilíngue e intercultural, ou seja, os alunos aprendem a ler e escrever na sua língua e também aprendem o português. Estudam conteúdos sobre a sua tradição, história, costumes e realidade atual, e também os conteúdos oficiais, oferecidos nas demais escolas não-indígenas. Na sua maioria são de ensino fundamental, mas 05 escolas oferecem ensino de nível médio. Para continuar os estudos, ingressar em escola técnica ou universidade, os estudantes viajam às cidades vizinhas ou mudam-se temporariamente para grandes e distantes centros urbanos.

Muitos Kaingang e Guarani são profissionais como: professores de diversas áreas, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, agrônomos, advogados, e frequentam faculdades de medicina, odontologia, veterinária e outros cursos. Muitos são pós-graduados ou realizam cursos de pós-graduação.



Formatura Nutrição, UNIJUI, Ijuí, Marcos Antônio Ribeiro, Kaingang da T. I. de Guarita/RS, 2010.
Foto: Arquivo FIDENE, MADP Ijuí

Para melhor compreender e conviver com nossos contemporâneos Kaingang, Guarani e Charrua no Rio Grande do Sul, temos que conhecê-los, reconhecê-los e respeitá-los, como comunidades étnicas cultural e sócio-diferenciadas, como pessoas capazes e dignas, cidadãos com seus direitos e deveres.

REVITALIZAR A CULTURA E MODO DE VIDA INDÍGENA

Para evitar a visão preconceituosa e estigmatizada sobre os índios, é importante reconhecer que eles pertencem a povos que viveram nestas terras por milênios, com a organização e a produção necessárias para sua vida. Na atualidade vivem em reservas territoriais, ou fora delas, e recriam muitas de suas formas de produção, de organização, de costumes, de expressão, de pensamento, de crenças, de valores.

A denominação de índios, como são designados, lhes foi atribuída pelos colonizadores europeus, que inicialmente chamaram a América de Índias Ocidentais e, por isto, denominaram os seus habitantes de índios. Índios é, no entanto, uma denominação genérica, que não os qualifica e distingue nas suas especificidades. Tem o risco de reportar ao índio histórico, aquele que os portugueses aqui encontraram há vários séculos, e que



Apresentações do Grupo de Canto Kanhgág Kanhró da T. I. de Serrinha/RS, 2009. Foto: Arquivo FIDENE, MADP Ijuí/RS

não existe mais no Rio Grande do Sul. A denominação de “bugres”, também lhes foi atribuída pelos colonizadores, com um significado pejorativo e preconceituoso, não sendo adequada para identificar integrantes destas comunidades tradicionais.

Como a cultura muda permanentemente pela recriação, num contexto de mudança das próprias vivências do grupo, e no contato com outras culturas, os Kaingang, Guarani e Charrua também mudam. Hoje estas coletividades étnicas, ainda que mantenham aspectos da sua tradição, e afirmem a sua identidade étnica e sócio diversidade, vivem com acesso às tecnologias contemporâneas, estudam, são profissionais graduados em Universidades, viajam, têm seus carros, vestem roupas como qualquer outra pessoa, usam telefone celular, computador e internet, vivem em cidades, entre outras mudanças.

Como a cultura muda permanentemente pela recriação, num contexto de mudança das próprias vivências do grupo, e no contato com outras culturas, os Kaingang, Guarani e Charrua também mudaram.

Não é devido a mudanças culturais, materiais, ao seu modo de viver, no entanto, que podem perder a sua identidade étnica, seja ela Kaingang, Guarani ou Charrua. A identidade étnica resulta do autorreferenciamento, ou seja, de como a pessoa se reconhece, da sua vontade de pertencimento à sua comunidade étnica, e do reconhecimento pelos outros, particularmente do seu próprio grupo. É isto que define a identidade étnica de uma pessoa ou de uma coletividade.



Palestra “Índio no RS – Tradição, recreação e sustentabilidade”, com o líder Kaingang Augusto Ópê da Silva, da T. I. Irai/RS, no Museu Antropológico Diretor Pestana, 2013.

Foto: Arquivo FIDENE, MADP Ijuí/RS

Constatam-se, na atualidade, estas pessoas e suas comunidades afirmando a sua identidade étnica, querendo continuar a ser Kaingang, Guarani e Charrua, reivindicando pertencimentos e o direito de viver de acordo com as suas escolhas.

Mais adequado, portanto, para identificá-los, é utilizar a denominação étnica, gentílica, própria destas coletividades e pessoas diferenciadas com as quais convivemos contemporâneos

**K a i n g a n g ,
G u a r a n i e
C h a r r u a .**

Saber quem são os Kaingang, Guarani e Charrua possibilita a afirmação das identidades étnicas, reconhecê-las e respeitá-las.



Coral Infantil Mbya-Guarani da Aldeia Koenjú de São Miguel das Missões, nas Comemorações dos 50 anos MADP, 25.05.11. Foto: Arquivo FIDENE, MADP Ijuí

“TENHO CORAÇÃO LIMPO E NÃO SOU BUGRE” SOBRE O PRECONCEITO QUE VEIO JUNTO NA BAGAGEM

No cotidiano regional esta expressão é corriqueira. Por vezes, a identificação “bugre” é descrita junto a outros adjetivos ou expressões, seja no ambiente urbano ou rural: “o bugre é preguiçoso”; “o bugre, você não pode confiar nele, não”; “o bugre é perigoso”; “bugre é o que vive no mato”; “estou suja, parecendo uma bugra”. Geralmente a expressão bugre está associada a identificação às pessoas de origem indígena, ou a elas associadas. Mas, quem são estas pessoas? Ou qual o sentido do termo “bugre”?

A designação “bugre” às pessoas de origem indígena foi uma transferência de qualificação depreciativa e pejorativa de imigrantes europeus às comunidades e povos indígenas no continente latino-americano. Talvez, para alguns, o termo significasse a proximidade dos habitantes originários destas terras com a natureza. Mas, de forma geral, a designação denotava e denota a percepção de “selvagem”, “arredio”, “sem alma”, “sem coração”, “do mato”, “animal” entre outras denominações.

Usualmente, estas designações denotam uma percepção negativa, depreciativa e discriminatória. Mesmo sendo usadas na lógica de proximidade, como “bugrinha, bugrinho”, na intenção de demonstrar afeto, ainda persiste a lógica de inferioridade, de uma desigualdade entre as partes, uma vez que, ao designar de forma afetiva, evidencia a situação de vulnerabilidade, da necessidade de que a outra parte carece de uma tutoria, amparo, proteção, de promoção da sua inferioridade. A lógica que persiste é da falta de civilidade, conforme o pretense senso comum referente aos aspectos dominantes da cultura e estereótipo ocidental. E, de fato, o termo carrega este significado pejorativo e discriminatório.

O termo “bugre” deriva de “*bulgarus*” (latim) ou “*bougre*” (francês) que designava na Europa medieval as pessoas habitantes ou oriundas da Bulgária, que confessavam a fé de forma distinta à católica romana e/ou praticavam a sodomia. A profissão de fé e práticas sexuais destes estimulou a percepção de “*bulgarus*” ou “*bougre*”, associada ao herético, inculto e desprezível, na concepção pejorativa, preconceituosa e discriminatória da sociedade ocidental cristã.

Assim, foram associados a percepção de hereges a outros povos na Europa, semelhante a designação “gentios”, de origem hebraica.⁶ Esse preconceito, designação pejorativa, transpôs o Oceano Atlântico, quando conquistadores e imigrantes ocuparam o continente latino-americano, designando também assim as comunidades e povos indígenas, habitantes originários e tradicionais deste continente.⁷



Bugre

De “*bulgarus*” (latim) ou “*bougre*” (francês), designava as pessoas habitantes ou oriundas da Bulgária.

⁶TORRÃO Filho, Amílcar. *Tribades galantes, fanchonos militantes: homossexuais que fizeram história*. São Paulo: Summus, 2000. p. 221.

⁷MEINCKE, Silvio. *Horizontes e raízes: Histórias de sesmarias e de picadas*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 28.

A designação “bugre” ainda é senso comum na atualidade, para se referir às pessoas indígenas, geralmente associadas a exclusão social, ao distanciamento do convívio social, não compartilhando de valores e preceitos sociais e culturais advindos da sociedade ocidental cristã e capitalista. Está carregada pois, por uma percepção histórica pejorativa, preconceituosa e desrespeitosa para com as comunidades e povos indígenas.

O preconceito arraigado no termo “bugre” impede o reconhecimento da pluriculturalidade que há na sociodiversidade das comunidades e povos indígenas, sejam Kaingang, Guarani, Charrua e nas demais etnias/povos do Brasil. Para superar tais realidades de preconceito e discriminação, o desafio lançado é conhecer e respeitar, na intenção de desnaturalizar as noções e designações pejorativas, caluniosas e discriminatórias que persistem no transcorrer do tempo e da humanidade, fomentando uma sociedade plural e de diálogo.



Comercialização de artesanato, Centro de Ijuí/RS, 2009.

Foto: Cleon Roberto Frota

O PRECONCEITO NA BAGAGEM

A designação de “bugre” foi aferida pelos imigrantes europeus (alemães, italianos e outros) no Rio Grande do Sul, às populações indígenas. Inclusive, registros históricos relatam a criação de grupos armados no século XIX, financiados pelo governo ou por grupos de imigrantes e colonizadores, que visaram o aprisionamento e assassinato de indígenas, conhecidos como “bugreiros”. O objetivo dos “bugreiros” era “limpar” as áreas destinadas à colonização das famílias imigrantes ou suas descendências.⁸

“Bugre” não é carinho, é discriminação.

⁸SANTOS, Sílvio Coelho. *Índios e brancos no sul do Brasil - a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 83-4.

O LUGAR DOS INDÍGENAS: SÃO TODOS OS LUGARES

A garantia de espaços territoriais devidamente identificados e demarcados para o uso e benefício das comunidades e povos indígenas no Brasil, revelam-se como parte da história e estratégia interétnica de limitação geográfica e sedentarização/confinamento indígena. Ainda que se reconheça a ancestralidade da presença e a territorialidade das atuais comunidades e povos indígenas no Rio Grande do Sul, a disposição à limitação e redução dos espaços de trânsito e exploração constituiu prática recorrente na historiografia da ocupação das sociedades europeias, que aqui se estabeleceram.

O senso comum da sociedade sul-rio-grandense atual promove o entendimento de que a ocupação humana no território que constitui os atuais limites do Estado se caracteriza, prioritariamente, a partir da ocupação e colonização europeia ocorrida, sobretudo desde o século XVII. Primeiramente, através das ações promovidas pelos governos ibéricos (reduções jesuíticas, sesmarias e outros), posteriormente pela

migração de grupos sociais da Europa (alemães, italianos, russos, poloneses), povos do oriente médio (árabes, turcos, sírios e outros) e Ásia (japoneses), nos séculos XIX e XX. Contudo, esta percepção invisibiliza ou desconsidera o reconhecimento e a promoção dos registros da ocupação humana milenar e a ancestralidade da ocupação das atuais comunidades e povos indígenas no território do Rio Grande do Sul, inclusive estabelecendo percepções de limites geopolíticos, modelos de ocupação e uso do território de forma distinta das atuais fronteiras, modelos de ocupação, uso da terra e interação com a paisagem (desmatamento, desvio ou barragem de rios, estrutura de transportes e outras).

Os registros da ocupação humana do território atual do Rio Grande do Sul estabelecem o período de doze mil anos, se reportando ao último período da era do gelo/glacial. A constituição posterior de florestas nas regiões de planalto e nas bacias dos rios Jacuí e Uruguai e campos na metade sul do Estado (os pampas), possibilitaram a ocupação dos Povos das Florestas, do Litoral e dos Campos ancestrais.

No período posterior, cerca de dois mil atrás, ocorreram grandes transformações culturais destes povos, iniciando a prática da agricultura, a utilização de cerâmica para utensílios domésticos e rituais, intensificados pelos intercâmbios com outros povos Platinos e também originários da Amazônia. Assim, se constitui e se estabelece os ancestrais dos povos Gê, Guarani e Pampeanos, aos quais pertencem as atuais comunidades indígenas no Rio Grande do Sul: Kaingang, M'bya Guarani, Guarani Nhandeva e Charrua.⁹

⁹Fonte: <<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/>>. Acesso: 19 jun. 2015.

A chegada dos grupos sociais e colonizadores oriundos da Europa promoveu uma profunda transformação na territorialidade, organização, autonomia e trânsitos das comunidades indígenas no Rio Grande do Sul, além da transformação da paisagem geográfica e distribuição fundiária, com a derrubada dos diferentes ambientes que constituíam o complexo da Mata Atlântica, Campos e Pampas. Eventos como guerras (Guaranítica, Farroupilha e outras), tratados internacionais de fixação de fronteiras externas (divisas internacionais) e fronteiras internas (municípios, estados e república), e a ação de bandeirantes e de grupos de “bugreiro” impuseram às comunidades indígenas a perspectiva colonizadora da limitação geográfica e geopolítica de reservas e áreas demarcadas e, também, o impedimento ou a restrição no trânsito e deslocamento, amparada por uma legislação tuteladora. Cabe ressaltar que as definições das fronteiras geopolíticas não correspondem às concepções de territorialidade das comunidades e povos indígenas.

Atualmente a reivindicação ao direito territorial dos povos e comunidades indígenas, de conformidade com a ocupação tradicional indígena, encontra resistência social, justificada pelo desconhecimento do processo da ocupação humana no território sul-rio-grandense e, sobretudo, pelo preconceito e discriminação étnica, em benefício a interesses econômicos. Exemplificam-se tais percepções, no senso comum, de que as comunidades indígenas no Rio Grande do Sul possuem muita terra, ou que devem procurar os locais em que ainda há matas e florestas, que as comunidades indígenas não produzem riquezas, que não prestam bom serviço à economia e à sociedade brasileira. Também se questiona a presença indígena em espaços urbanos, alegando que a cidade não é espaço para os indígenas. Contudo, se desconhece ou se omite que as cidades surgiram em locais já habitados ou de trânsito indígena. Caso exemplificado pela nomeação de algumas, como Caxias do Sul, que era denominada Campos dos Bugres, fazendo referência à ocupação daquele lugar pelos indígenas, que ali estabeleceram sua territorialidade em virtude da abundância do pinhão.



Protesto pela revogação da Portaria 303, com ocupação da sede da Advocacia Geral da União, Brasília/DF, 2014. Foto: Moisés Cargin, 2014

“SOU ÍNDIO, SOU TRABALHADOR”

O conceito de que o “trabalho” é algo estranho à cultura indígena, remonta desde o primórdio da relação entre a sociedade ocidental e brasileira com as comunidades e povos indígenas, que habitaram e habitam o território do Brasil, além de estimular o preconceito e a discriminação aos ocupantes originários e tradicionais deste território latino-americano, mesmo que a mão de obra indígena tenha sido a primeira a ser explorada e até escravizada pelos exploradores e colonizadores não indígenas que aqui vieram se estabelecer.

Os registros do padre jesuíta Antônio Vieira (1608-1697) ressaltavam que os indígenas possuíam, segundo sua avaliação, uma tendência à ociosidade e que não se dedicavam ao labor cotidiano e voluntário. O que se precisa destacar é que esta concepção foi elaborada a partir do ponto de vista cultural e laboral europeu, na perspectiva ocidental cristã, ou seja, avaliou a disposição e conduta indígena sob a ótica e valores estranhos a estas culturas.

Tampouco contribuiu a concepção elaborada a partir do século XVIII, na qual as comunidades e povos indígenas foram considerados como representantes ou perpetuadores de um período histórico primitivo, num estágio inicial da suposta “evolução da humanidade”. Esta interpretação também considerava a lógica e valores ocidentais como parâmetros para aferir o desenvolvimento e a evolução do trabalho e das ciências, considerando as lógicas e culturas distintas desta percepção como oriundas de antigas superstições humanas. A lógica e valores ocidentais se acentuaram na percepção evolucionista, que caracterizou e estipulou as distinções entre primitivo e

evoluído, cultura atrasada e moderna, selvagem e civilizado, inferior e superior. Assim, se estipulou as pessoas indígenas como atrasadas, preguiçosas, selvagens.¹¹



Povo Kaingang, Terra Indígena de Péi Kâr/RS, 1989. Foto: Dulci Claudete Matte, Acervo MADP Ijuí/RS

¹¹Fonte: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/preguiçoso-quem-cara-palida>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

Denota-se, assim, que para além do reconhecimento de espaços territoriais que asseguram a constituição da identidade étnica, como estabelecido no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, as comunidades indígenas possuem uma concepção e uma definição territorial que vai além de tais espaços. O direito indígena sobre o território brasileiro é estabelecido pelo “indigenato”, que estabelece e reconhece o direito congênito e primário da ocupação territorial dos povos e comunidades indígenas.¹⁰ Junto a este reconhecimento se agrega a percepção de que o lugar da pessoa indígena é onde ela deseja estar, pois as territorialidades não são fixas.

Os espaços de acesso para formação e busca de renda para as comunidades indígenas se alteraram a partir da colonização ocidental. O acesso à formação superior (graduação e pós-graduação), bem como a venda de artesanato e trabalho assalariado permitem o ingresso em espaços distintos aos espaços territoriais tradicionais das comunidades e povos indígenas.



Jorge Garcia, UFSM - Santa Maria/RS, 2015
Foto: Sandro Luckmann

“Nos falamos sempre por aí que o lugar do ‘ÍNDIO’ é nas matas, nas florestas, nas reservas, nas aldeias, etc... Eu digo a todos vocês, que o lugar dos INDÍGENAS é onde nós INDÍGENAS queremos ficar”.

Anápuáka Muniz Tupinambá Hã hã hãe – indígena tupinambá e pataxó hã hã hãe, Bahia.

Assim, o lugar, ou melhor, os lugares das comunidades e povos indígenas são onde desejam estar, no território tradicional ou ampliando este.

¹⁰Fonte: <<http://www.conjur.com.br/2012-mai-04/roberto-lemos-stf-reafirma-indigenato-efetividade-constituicao>>

A lógica tradicional indígena se pauta por uma percepção distinta do acúmulo de capital ou da mais valia laboral. Aliás, há uma inversão de valores, pois o ato de caçar, pescar, plantar, colher, manejar, construir sua casa, fazer seu barco e utensílios domésticos, artesanais, bélicos, adornos e outros perfaziam as dimensões do trabalho indígena.

Habilidades, técnicas, ciência, aprimorar são dimensões do mundo do trabalho, que aos indígenas são renegados ou antecédidos de preconceitos.

Contudo, algumas destas dimensões, como caçar e pescar, majoritariamente foram e são consideradas no âmbito da ociosidade, do lazer, para a sociedade ocidental. Mas, a construção de tinas de araucárias, utilizadas pelos Kaingang em celebrações ou ritos, que envolvem conhecimento e técnicas de manejo ambiental, destreza e habilidade de carpintaria, não as consideram como atos laborais tradicionais. Que habilidades, técnicas, conhecimentos científicos para a fermentação da bebida ritual, a comunidade Kaingang aprimorou e aprimora no transcurso histórico? Habilidades, técnicas, ciência, aprimorar são dimensões do mundo do trabalho, que aos indígenas são renegados ou antecédidos de preconceitos, expressas em dizeres como: “sim, é dimensão do trabalho, mas de forma rudimentar, de uma tecnologia primitiva”.

Faz-se necessário destacar que muitos alimentos, atualmente considerados como típicos das comunidades descendentes de imigrantes, como: polenta, pipoca (Festa Junina), pé-de-moleque, pão de milho, entre outros, tornaram-se possíveis a partir do trabalho de domesticação das espécies que a ciência e tecnologia indígena produziram. Aliás, a subsistência alimentar e nutricional das famílias imigrantes no Brasil foram garantidos pelas espécies domésticas pelos indígenas: milho, feijão, mandioca, batatas, abóbora, amendoim, pimenta, diversas frutas, castanhas e outras fontes alimentares.¹² Ressalta-se que muitos conhecimentos e ciências foram elaborados por mulheres indígenas, que contribuíram no estabelecimento da segurança alimentar não só para os seus grupos e comunidades, mas também, atualmente, para diferentes povos, em diferentes lugares no mundo.



Produção de Artesanato Kaingang – Terra Indígena de Guarita/RS, 2005. Foto: Vilson Mattos, Arquivo FIDENE, MADP Ijuí/RS

¹²Fonte: <<http://www.axa.org.br/reportagem/as-10-mentiras-mais-contadas-sobre-os-indigenas/#O%20C3%ADndios%20s%C3%A3o%20pregui%C3%A7os%20e%20n%C3%A3o%20gostam%20de%20trabalhar>>. Acesso: 08 jun. 2015.

O uso, manejo e preservação ambiental carecem de se estabelecer na inter-relação entre as sociedades humanas, meio ambiente e cosmos, visando o bem viver planetário, garantindo a continuidade da ocupação e manejo milenar do território sul-rio-grandense.

Ainda que pese tal reconhecimento sobre a contribuição da ciência e tecnologia indígena, persiste na atualidade o pensamento da incapacidade e preguiça indígena quanto à percepção de trabalho e lógica econômica imperante. Corriqueiramente, inclusive em espaços de governança e legislação no Brasil, as comunidades e povos indígenas são considerados como um atraso ao desenvolvimento econômico sul-rio-grandense e brasileiro. Manifestações de representações sindicais patronais e entidades ruralistas

assim argumentam para justificar o não reconhecimento e pleno gozo de direitos às comunidades e povos indígenas quanto à demarcação e respeito aos territórios e terras tradicionalmente ocupadas e de manejo indígena. A pessoa indígena ainda é considerada como atrasada, ou que necessita abandonar seus costumes, cultura e tradições para poder almejar algum destaque ou respeito na sociedade não indígena. Por este motivo, por vezes, grupos e setores da sociedade não indígena, considera que a demarcação de terras tradicionais indígenas como um desperdício social-econômico, que promove o atraso do desenvolvimento econômico regional.

Tais percepções desconsideram a coexistência de outros modelos e modos de uso, manejo e preservação ambiental da terra estabelecidos pela humanidade. Modelos de agricultura baseados na agroecologia, rotação de cultivos, agroflorestas, coivara, monocultivo, plantios consorciados, enfim, uma vasta gama. O uso, manejo e preservação ambiental carecem de se estabelecer na inter-relação entre as sociedades humanas, meio ambiente e cosmos, visando o bem viver planetário, garantindo a continuidade da ocupação e manejo milenar do território sul-rio-grandense.

Ainda assim, a situação e participação indígena no tempo presente é invisibilizada ou alvo de ações ilegais e imorais. Constata-se uma ampla participação e inserção da mão de obra indígena em setores econômicos no Rio Grande do Sul, ou na região sul, tanto como trabalho assalariado, na indústria frigorífica, como em serviços sazonais na vinicultura, macieicultura, outros trabalhos pontuais e esporádicos na agricultura, na recuperação e conservação de rodovias. Inclusive, há denúncias e intervenções do Ministério Público do Trabalho para averiguar situação de trabalho análogo à escravidão na colheita manual da maçã. Aliás, na colheita da maçã há exploração da mão de obra de comunidades indígenas do Rio Grande do Sul e, também, do Mato Grosso do Sul, das etnias Guarani Kaiowá e Terena.

Constata-se uma ampla participação e inserção da mão de obra indígena em setores econômicos no Rio Grande do Sul, ou na região sul, tanto como trabalho assalariado, na indústria frigorífica, como em serviços sazonais na vinicultura, macieicultura, outros trabalhos pontuais e esporádicos na agricultura, na recuperação e conservação de rodovias.

A inclusão da mão de obra indígena ocorre em ocupações laborais desprestigiadas e consideradas de baixa qualificação técnica, sazonais e de baixa remuneração. Contudo, os reflexos da participação laboral em tais setores econômicos, incidem também nas doenças laborais, como lesões por esforços repetitivos nos frigoríficos. Além do transporte irregular ou em precárias condições de manutenção, incidência no consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas e do abuso sexual. Estes casos promovem situações inéditas de riscos e vulnerabilidades sociais a que se expõem as pessoas indígenas que ingressam no mercado de trabalho não indígena.

Para as famílias indígenas artesãs, esta modalidade de geração de renda envolve e possibilita dimensões de sociabilidade, territorialidade, construção da identidade étnica e obtenção de recursos econômicos, que são socializados de diferentes formas na família e na comunidade indígena.

Resalta-se que as jovens e mulheres indígenas têm uma desvalorização maior ao realizar trabalhos como domésticas ou diaristas em casas e estabelecimentos comerciais. O trabalho neste setor é subvalorizado e, por vezes, pago com gêneros alimentícios, vestuário e outros.

Famílias indígenas, para além da possibilidade do ingresso no mercado de trabalho não indígena, ainda persistem na modalidade de trabalho e geração de renda através da manufatura e venda de artesanatos, cestarias e balaios. Prática recorrente, histórica e principal fonte de renda oriunda de conhecimentos tradicionais, que evidencia o domínio e acesso territorial ancestral e que evoca percepções de uso, manejo e preservação ambiental. Porém, geralmente identificada como “coisa de bugre nômade/andarilho” e atrasada economicamente, de não evolução da sociedade indígena. Contudo, para as famílias indígenas artesãs, esta modalidade de geração de renda envolve e possibilita dimensões de sociabilidade, territorialidade, construção da identidade étnica e obtenção de recursos econômicos, que são socializados de diferentes formas na família e na comunidade indígena.



Roçado Guarani, Tekoa Ka'aguy Porã, 2010.

Foto: Arquivo ISAEC - DAI

Exposição
Itinerante:

P pluralidade



**povos indígenas
no noroeste do
rio grande do sul**

2015-2016

Museu Antropológico Diretor Pestana
Rua Germano Gressler, 96, Bairro São Geraldo
Ijuí/RS CEP 98700-000
(55) 3332.0257
madp@unijui.edu.br
unijui.edu.br/museu

Apoio:



Realização:



Patrocínio:

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

